

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Eletrobras prevê R\$ 12 bi para Angra 3 até 2023	2
Título: Varejo faz Bolsas dos EUA terem maior alta desde 2009	3
Título: João de Deus e a energia nuclear	5
Título: Bolsonaro cita ‘desperdício’ e afirma que iniciará ‘rígido controle’ da Lei Rouanet	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Bolsonaro critica recursos da Rouanet	8
Título: Bolsas dos EUA disparam quase 5%.....	10
VEÍCULO: O Globo.....	11
Título: Bolsonaro critica ‘desperdício’ e promete controle de recursos.....	11
Título: Gente como a gente.....	12
Título: Realismo chegará no primeiro corte.....	14
VEÍCULO: Valor Econômico.....	16
Título: Alto escalão da Infraestrutura será formado por técnicos.....	16
Título: Quadro sinaliza inflação baixa para início de mandato	18
Título: Foco no mercado externo.....	20
Título: Base aguardará nomeações nos Estados.....	21
Título: As idas e vindas de um projeto inovador.....	24
Título: Presidente eleito volta a criticar Lei Rouanet.....	26
Título: Fazenda defende mais redução de subsídios	28
Título: Eletrobras amplia projeção de investimentos até 2023	29

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 27/12/2018****Seção: Mercado****Autor: Taís Hirata****Título: Eletrobras prevê R\$ 12 bi para Angra 3 até 2023**

Usina nuclear representa 40% do investimento total nos próximos cinco anos; recursos poderão vir do setor privado

A Eletrobras reservou 40% de todos os seus investimentos nos próximos cinco anos para finalizar a usina nuclear de Angra 3, um dos projetos considerados prioritários à equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL).

A estatal planeja destinar R\$ 12 bilhões ao empreendimento entre 2019 e 2023, segundo o Plano Diretor de Negócios e Gestão da companhia, que prevê um investimento total de R\$ 30,2 bilhões no período.

O valor necessário para concluir a obra deverá ser ainda maior, uma vez que a construção deve se estender até 2026.

No entanto, parte desses recursos poderá vir do setor privado. Hoje, a ideia do governo é realizar uma concorrência internacional para atrair um parceiro ao projeto.

As obras de Angra 3 estão paralisadas desde 2015, com cerca de 60% de sua execução.

À época, a construção do empreendimento foi alvo de investigação pela Operação Lava Jato por suspeitas de irregularidades nos contratos, o que levou até a prisão do então presidente da Eletronuclear.

Desde então, governo federal e Eletrobras têm buscado meios para finalizar o empreendimento, no qual já foram investidos bilhões.

Para facilitar a atração de um parceiro privado disposto a alocar recursos no projeto, foi aprovado em outubro um controverso aumento na tarifa da usina, que passou a R\$ 480 por MWh (mega-watt-hora), o dobro do previsto inicialmente.

A medida atraiu críticas por parte de especialistas do setor elétrico, que avaliam que o novo preço resolve o problema da Eletrobras, mas torna o empreendimento oneroso ao consumidor.

Conforme mostrou a Folha em novembro, um estudo da PSR, uma das consultorias mais respeitadas no setor elétrico, concluiu que seria mais econômico abandonar a obra de Angra 3 e, no lugar, construir usinas de outras fontes.

O levantamento comparou Angra 3 a empreendimentos de geração solar e concluiu que a usina nuclear seria R\$ 6,6 bilhões mais cara aos consumidores. No caso de outras fontes mais baratas, como a eólica, a diferença poderia ser ainda maior.

A equipe do governo Bolsonaro já manifestou a intenção de concluir a usina.

O futuro ministro de Minas e energia, o almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior, tem relação próxima com o setor nuclear e já tocou projetos nessa área na Marinha.

Em entrevista à Folha, em dezembro, ele afirmou que valeria muito a pena concluir a usina e admitiu a possibilidade de atrair um parceiro privado ao empreendimento.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/12/2018

Seção: Mercado

Autor: Filipe Oliveira

Título: Varejo faz Bolsas dos EUA terem maior alta desde 2009

Resultados foram impulsionados pelas vendas do Natal; Dow Jones subiu 4,98%

Após quatro quedas consecutivas, as Bolsas americanas tiveram um dia de forte alta motivada principalmente pelos bons resultados do varejo neste Natal.

O Dow Jones, que concentra as ações de maior liquidez, teve pela primeira vez na história uma alta diária de mais de 1.000 pontos (1.086,25), avançando 4,98% e fechando aos 22.878.45.

Os três principais índices do mercado de ações americano registraram seus melhores resultados em termos percentuais desde março de 2009, quando estavam em meio à volatilidade provocada pela crise financeira da última década.

O S&P 500, que reúne as ações das maiores empresas, fechou em alta de 4,96%.

O Nasdaq, formado por empresas de tecnologia, avançou 5,84%, que, na sexta-feira (21), atingiu o patamar conhecido como “bearmarket”, uma pontuação 20% abaixo do pico registrado em período recente.

O S&P 500 rondava a mesma fronteira na segunda-feira (24).

O ânimo veio, principalmente, da divulgação de dados da empresa de cartões de crédito MasterCard a respeito do varejo americano, indicando um crescimento de 5,1% nas vendas de Natal deste ano, somando cerca de US\$ 850 bilhões.

Com o resultado, o melhor em seis anos, varejistas como Amazon e KohTs tiveram ganhos de mais de 7%.

Ações do setor de energia também se beneficiaram da recuperação do preço do barril de petróleo, que dispararam após terem atingido o menor valor do ano no início desta semana.

Tanto a referência do petróleo dos Estados Unidos quanto a do Brent subiram cerca de 8%, maior avanço diário desde 30 de novembro de 2016, quando a Opep (Organizações dos Países Exportadores de Petróleo) assinou um acordo de cortes da produção.

A tensão dos investidores, causada por preocupações a respeito do potencial de crescimento da economia global, ganhou intensidade após o Fed (banco central dos Estados Unidos) aumentar os juros pela quarta vez no ano na quarta-feira (19).

A decisão desagradou o presidente Donald Trump, que passou a criticar abertamente a instituição. Também circularam rumores de que Trump pretendia demitir Jerome Powell, presidente do Fed.

Outra preocupação dos investidores é com a disputa que o republicano trava no Congresso para aprovar o Orçamento de 2019.

Com o atraso para o fechamento do acordo, o governo está parcialmente paralisado desde o fim de semana, com mais de 380 mil funcionários em férias coletivas.

A economia americana influenciou os mercados internacionais que estiveram abertos um dia após o Natal.

No Japão, onde as ações despencaram 5,01% na terça-feira (25), houve uma leve recuperação, de 0,89% no índice Nikkei 225.

O movimento vai em sentido oposto à da Bolsa sul-coreana (queda de 1,31%). Na China, o índice Shanghai Composite recuou 0,26%.

No Brasil, o Ibovespa caiu 0,65%, fechando a 85.136,10 em um dia de baixa liquidez.

O dólar avançou 0,64% em relação ao real, fechando o dia cotado a R\$ 3,9215 na venda.

Com Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/12/2018

Seção: Tendências/Debates

Autor: Rogério Cezar de Cerqueira Leite

Título: João de Deus e a energia nuclear

Ainda há quem veja interesse nacional em Angra 3

Físico, professor emérito da Unicamp, membro do Conselho Editorial da Folha e presidente do Conselho de Administração do CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em energia e Materiais)

Não é preciso ser um cientista, um intelectual ou mesmo apenas um cidadão de bom senso para duvidar de que alguém, seja lá quem for, que realize as curas e "cirurgias espirituais" do sr. João de Deus. Entretanto muitos recorrem a este senhor e outros charlatões congêneres em busca de milagres.

Talvez porque afinal não somos, nós humanos, seres assim coerentes. Talvez porque no íntimo ainda somos aquele homo erectus, aterrorizado com o cair da noite e com os monstros que habitavam as cavernas.

Será que é esta mesma síndrome a responsável pela insistência recalcitrante na recuperação de Angra 3? Tudo começou com o correto general Geisel, que, não

obstante, deu uma de seguidor de João de Deus com o contrato nuclear Brasil-Alemanha. Se Maquiavel não disse, deve ter pensado: "Para derrotar um bom projeto a melhor arma é um mau projeto com a mesma finalidade". Muito provavelmente a principal razão para o desenvolvimento pífio da ciência e tecnologia nuclear no Brasil nesses últimos 30 ou 40 anos foi o acordo Brasil-Alemanha.

Não faz muito tempo, o jovem e inteligente ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, tomou o avião da FAB e veio a Campinas. Lula queria finalizar o reator Angra 3, empacado havia 20 anos. "Temos potencial hidroelétrico para pelo menos 30 ou 40 anos, e em algumas décadas a energia fotovoltaica, a eólica, a bioeletricidade serão muito mais baratas", argumentei. Duas semanas depois, Angra 3 era reativado. Todavia, até hoje continua tão empacado quanto estava há 15 anos.

É uma tecnologia de mais de 40 anos, portanto obsoleta. O custo de investimentos para acabá-lo é absurdamente elevado. A confiabilidade em equipamentos que ficaram armazenados por mais de 30 anos é reduzida. Os técnicos alemães que projetaram e construíram grande parte dos equipamentos já devem estar embalsamados. E ainda há quem acredita que seja de interesse nacional acabar Angra 3 e fazê-la operar regularmente.

Pois é, também há quem acredite nos milagres de João de Deus. Não é preciso lembrar os custos de descomissionamento de reatores nucleares e os incalculáveis gastos com as muitas centenas de anos de armazenamento do lixo atômico. Não há pesquisador honesto que não concorde que o Brasil precisa de tecnologia nuclear. Entretanto tampouco há quem duvide que o caminho para alcançar alguma competência no setor é por meio do trabalho árduo da pesquisa científica e aplicada.

Houve um momento em que a Marinha do Brasil percebeu isso e teve um imenso sucesso com o desenvolvimento das ultracentrífugas para enriquecimento do urânio. Infelizmente ficou por aí...

Há pouco menos de uma década, o Ministério de Ciência e Tecnologia propôs a construção de um "reator multipropósito". Como não havia competência nacional para elaborar o projeto, contrataram uma firma argentina, decisão acertada para manter a incompetência nacional no pé em que estava. A principal justificativa para o equipamento era a produção de radiofármacos.

Hoje essa aplicação é realizada com aceleradores, o que reduz custos de produção por um fator de 3 a 4. Novamente a síndrome João de Deus, pois os mesmos atores insistem em contratar os argentinos para produzir o

equipamento obsoleto. Como se vê, a síndrome João de Deus é muito mais generalizada do que se pensa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/12/2018

Seção: Ilustrada

Autor:

Título: Bolsonaro cita 'desperdício' e afirma que iniciará 'rígido controle' da Lei Rouanet

O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), afirmou nesta quarta (26), em sua conta no Twitter, que sua gestão vai exercer "rígido controle" das isenções fiscais relacionadas à Lei Rouanet.

Na avaliação dele, há "claro desperdício rotineiro de recursos que podem ser aplicados em áreas essenciais".

"Neste mês, num só dia, o gerente de responsabilidade sociocultural de Furnas autorizou R\$ 7,3 milhões para 21 entidades", escreveu.

Furnas, empresa de economia mista subsidiária da Eletrobras, respondeu que a renúncia citada aguardou autorização da área financeira que veio em novembro.

A empresa acrescentou que prioriza ações "que visam inclusão social, acesso gratuito à cultura e incentivo ao esporte amador" e que os projetos aprovados são publicados no Diário Oficial.

A declaração de Bolsonaro soma a críticas de seus apoiadores à Lei Rouanet, por eles associada à corrupção e ao apoio a artistas da esquerda.

Hoje, o Ministério da Cultura avalia os projetos inscritos na lei, principal fonte de financiamento do setor.

Aprovado o projeto, empresas e pessoas podem participar da captação doando valores a serem descontados do Imposto de Renda.

Pesquisa da FGV indica que de 1993 a 2018 a lei usou R\$ 17,6 bilhões em isenções e movimentou R\$ 50 bilhões.

Sob Bolsonaro, o MinC será incorporado ao Ministério da Cidadania, que absorverá os ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social.

O deputado Osmar Terra (MDB-RS), ex-ministro de Michel Temer, assumirá a pasta, e o professor Henrique Medeiros Pires chefiará a futura Secretaria de Cultura.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/12/2018

Seção: Caderno 2

Autor: Tulio Kruse, Gilberto Amendola

Título: Bolsonaro critica recursos da Rouanet

Pelo Twitter, presidente eleito diz que existe ‘um claro desperdício’ de dinheiro público; especialistas divergem

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, voltou a criticar o uso da Lei Rouanet para captar recursos para investimento na cultura. Por meio de sua conta pessoal no Twitter, Bolsonaro disse ontem que sua administração vai exercer um “rígido controle” sobre o setor. Para ele, há “um claro desperdício” de recursos públicos. Para exemplificar a crítica, ele citou o desembolso, em um único dia, de Furnas, maior subsidiária da eletrobrás, de R\$ 7,3 milhões para 21 entidades. Analistas ouvidos pelo Estado afirmaram que não existem abusos ou ilegalidades na liberação de recursos como apontados por Bolsonaro. “Em 2019 iniciaremos rígido controle de concessões. Há claro desperdício rotineiro de recursos, que podem ser aplicados em áreas essenciais. Este mês, num só dia, o gerente de Responsabilidade Sociocultural de Furnas autorizou via Lei Rouanet R\$ 7,3 milhões para 21 entidades”, disse o presidente eleito na postagem.

Ao Estado, a estatal enviou uma relação dos projetos que receberão apoio via Lei Rouanet no próximo ano. A lista inclui a Sala Cecília Meirelles (espaço de música clássica e erudita), a Orquestra de Câmara da Rocinha e a Escola de Artes Visuais, no Rio; a Bienal de Curitiba (que comemora 25 anos), no Paraná; e o Coral Nova Vida, de Catalão, em Goiás. Há um total de 15 iniciativas em sete Estados. A estatal informou, em nota, que os valores aprovados serão executados durante todo o ano de 2019. O valor citado por Bolsonaro faz parte de um total de R\$ 9,8 milhões que devem ser destinados a projetos sociais, culturais e esportivos no próximo ano. Serão R\$ 6,8 milhões para patrocinar iniciativas na área de cultura por meio da Lei Rouanet e aproximadamente R\$ 3 milhões para a área de esporte, segundo a estatal.

“A projeção para investimento em projetos sociais, culturais e esportivos, que serão executados em 2019 por meio de renúncia fiscal, é baseada no lucro da empresa em 2018, cujo fechamento ocorre no final do ano em curso”, diz a nota da empresa. O montante liberado é menor do que o setor financeiro de Furnas havia informado que estaria disponível para renúncia fiscal, ainda segundo a empresa. “No final do mês de novembro, Furnas recebeu da sua área financeira previsão para a renúncia fiscal de 2018: aproximadamente R\$ 14,4 milhões para Lei Rouanet e R\$ 3,7 milhões para Lei do Esporte”, diz a nota. A advogada Priscila Pasqualim, especialista em terceiro setor, filantropia e investimento social, afirma não existir ilegalidade ou abuso na destinação de recursos apontada por Bolsonaro em seu Twitter.

“A distribuição de recursos da Lei Rouanet não é aleatória ou sem controle externo. No caso de Furnas, os projetos foram cancelados pelo Ministério da Cultura. Se existe fraude? Existe. Como em qualquer outra área. Mas essa é uma questão de prestação de contas e fortalecimento das instituições de controle”. A advogada afirma não existir nada de errado na movimentação apontada pelo presidente eleito. “É no fim de ano que acontece a maior parte da destinação desse tipo de recurso – quando as empresas sabem o lucro do ano e quanto de imposto irão pagar sobre ele”, disse. “É normal que essas definições aconteçam nesse período. Portanto, não existe nada de anormal”, conclui.

Em 2018, o Ministério da Cultura concedeu um total de R\$ 945 milhões em incentivo fiscal por meio da lei, segundo dados do governo federal. O valor ficou abaixo dos dois anos anteriores, quando o montante anual ficou no patamar de R\$ 1,1 bilhão – em valores não atualizados. Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgado este mês mostra que a cada R\$ 1 investido através da Rouanet, R\$ 1,59 retorna para a economia do País.

Fusão. O Ministério da Cultura (MinC), que hoje é responsável pela aprovação de projetos inscritos na Lei Rouanet, será incorporado ao novo Ministério da Cidadania e transformado em secretaria no governo Bolsonaro. O novo órgão também deve incorporar o atual Ministério do Esporte e o Ministério do Desenvolvimento Social, que é responsável pelo programa Bolsa Família e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A pasta ficará sob a chefia do deputado Osmar Terra (MDB-RS), que já foi ministro de Desenvolvimento Social no governo Michel Temer.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/12/2018****Seção:****Autor: VICTOR REZENDE , ANDRÉ ÍTALO ROCHA e ALTAMIRO SILVA JUNIOR****Título: Bolsas dos EUA disparam quase 5%**

Wall Street tem maior alta diária desde 2009 e se recupera de turbulência causada por ameaças de Trump ao Fed na véspera de Natal

O retorno do feriado de Natal em Wall Street foi de alívio. Depois da turbulência da última segunda-feira, causada pelas ameaças do presidente americano, Donald Trump, ao comando do Federal Reserve (o banco central dos EUA), as bolsas de Nova York tiveram ontem as maiores altas em quase dez anos. Por trás de todo o otimismo que imperou ontem, esteve o pedido do presidente americano para que os investidores voltassem às compras de ações depois da onda de vendas que levou os dois principais índices nova-iorquinos – o Nasdaq, de empresas de tecnologia, e o S&P 500, que reúne as principais companhias dos EUA – a uma queda de 20% em relação ao último “pico”. No pregão de ontem, o índice Dow Jones – que funciona como uma espécie de termômetro da economia americana – ganhou 1.086 pontos e fechou em alta de 4,98%, aos 22.878 pontos.

Foi a primeira vez na história que esse indicador subiu mais de mil pontos em um único dia. O S&P 500 teve ganhos de 4,96%, para 2.467 pontos, enquanto o Nasdaq saltou 5,84%, para 6.554 pontos. O resultado dos pregões foi o melhor desde março de 2009. O cenário de “terra arrasada” de Wall Street na última segunda- feira mobilizou a Casa Branca durante o feriado. O governo buscou acalmar os ânimos dos investidores. No dia de Natal, Trump tentou apaziguar as tensões entre seu governo e o Federal Reserve. Apesar de o presidente ter feito novas críticas à autoridade monetária, ele voltou a indicar que não pretende demitir Jerome Powell do comando do Fed. O presidente também fez elogios ao secretário do Tesouro americano, Steven Mnuchin, e exaltou os resultados de empresas americanas para fazer os investidores voltarem às compras. “Temos as maiores empresas do mundo e elas estão indo muito bem.

Elas têm tido números recordes. Então, acho que é uma tremenda oportunidade para comprar. Realmente é uma ótima oportunidade para comprar ações”, disse. O pedido de Trump repercutiu nos mercados americanos desde o início do dia, mas, na reta final do pregão, gerou uma aceleração das

compras que fez os principais indicadores atingirem sucessivas máximas. “Espero que haja um alívio nos mercados esta semana. No entanto, muitas preocupações centradas em Washington ainda estão presentes”, disse o gerente de portfólio do US Bank Wealth Management, Eric Wiegand. Pensando nessas preocupações, o diretor do Conselho de Assuntos Econômicos da Casa Branca, Kevin Hassett, veio a público para dizer que a permanência de Powell à frente do Fed está “100% garantida”.

“Assistimos anteriormente a períodos semelhantes de turbulência nos mercados. Anúncios de uma economia forte geralmente não conseguem vencer uma batalha quando se trata de medo. O tempo e o progresso econômico contínuo, no entanto, devem ser as únicas coisas que funcionam”, disse o estrategista- chefe de ações americanas do Citi, Tobias Levkovich. Os ganhos foram liderados pelo setor de energia. O forte avanço dos preços do petróleo ajudou nos ganhos, com a ação da Chevron em alta de 6,34% e o papel da ExxonMobil com ganho de 4,78%. Ibovespa. O comportamento do Ibovespa ontem pode ser dividido em duas partes. Pela manhã, o índice abriu em queda como resultado de um ajuste ao forte recuo dos índices norte-americanos na segunda-feira – feriado em São Paulo, mas não em Nova York.

À tarde, porém, a perda foi amenizada pela recuperação das bolsas dos EUA e pelo avanço do petróleo, em um dia de noticiário fraco no cenário doméstico. Por volta das 12 h, quando ainda se ajustava à queda dos mercados internacionais no dia 24, a Bolsa caía 1,59%. No fim do dia, após a melhora do humor no exterior, fechou em baixa de 0,65%, aos 85.136 pontos. Dólar. O dólar seguiu o mercado externo e fechou valendo R\$ 3,9226 (+0,95%), a maior cotação em um mês.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/12/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Bolsonaro critica ‘desperdício’ e promete controle de recursos

No Twitter, presidente eleito cita liberação "num só dia" de R\$ 7,3 milhões por Furnas via Lei Rouanet. Estatal diz que investe em projetos sociais e culturais

O presidente eleito Jair Bolsonaro prometeu, em mensagem publicada no Twitter, fazer um controle rigoroso de concessões em seu governo, afirmando haver desperdício de recursos públicos.

"Em 2019 iniciaremos rígido controle de concessões. Há claro desperdício rotineiro de recursos, que podem ser aplicados em áreas essenciais", disse o presidente eleito.

Ao exemplificar o que considera desperdício, Bolsonaro citou a liberação de R\$ 7,3 milhões para 21 entidades por meio da Lei Rouanet, "num só dia" por um funcionário da área sociocultural de Furnas, maior subsidiária da estatal Eletrobras.

O presidente eleito não apresentou, no entanto, qualquer indício de irregularidade na liberação desses recursos.

Em nota, Furnas explicou que a projeção que a companhia faz para investimento em projetos sociais, culturais e esportivos a serem executados em 2019 por meio de renúncia fiscal é calculada com base no lucro da empresa deste ano. No fim de novembro, a área financeira anunciou previsão para a renúncia de 2018, com cerca de R\$ 14,4 milhões para a Lei Rouanet e R\$ 3,7 milhões para a Lei do Esporte.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/12/2018

Seção: Colunas

Autor: Merval Pereira

Título: Gente como a gente

O governo que assume dentro de seis dias inspira esperança nunca antes neste país registrada em pesquisas, como constata o Datafolha. O otimismo do brasileiro com a economia está em níveis recordes. Segundo o instituto, cresceu de 23% para 65% o índice dos que acham que a situação econômica do Brasil vai melhorar nos próximos meses. Este é também o primeiro governo de direita que assume o país desde 1994, quando nossa versão de social-democracia europeia chegou ao poder com Fernando Henrique Cardoso. Foram 22 anos de governos de esquerda, responsáveis, para o superministro da economia Paulo Guedes, pelo nosso crescimento econômico medíocre. Anteriormente, houve a experiência malsucedida de Fernando Collor, um populista de direita assim como Bolsonaro, que derrotou a esquerda, assim como Bolsonaro.

O voluntarismo de ambos é característica que, antes como agora, define a maneira de governar e pode levar a um isolamento político perigoso se quiser ser sustentado pelo amplo apoio popular que hoje detém. Jânio Quadros

renunciou achando que o povo o levaria de volta ao poder. Lula, com 80% de aprovação quando saiu do governo, pensava que o povo não o deixaria ser preso. Está na cadeia há quase um ano. Collor chamou o povo para defendê-lo nas ruas com as cores verde e amarelo, e foi derrotado por uma avalanche de pessoas de luto pelo país. Governava através de mensagens em camisetas feitas especialmente para a ocasião. Exibia frases de impacto, como “Drogas, Independência ou Morte”, “Não fale em crise. Trabalhe”, e a mais famosa: “O tempo é o senhor da razão”, para dizer-se inocente.

Conseguiu não ser condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por falta de provas, muito antes do que os críticos chamam de “a teoria jurídica de Curitiba” entrar em vigor, mas está às voltas novamente com processos de corrupção. Não havia os novos meios de comunicação que hoje empoderam os representados, o que, porém, pode voltar-se como bumerangue contra o populista da ocasião. Mas não apenas os direitistas se utilizam da imagem de gente comum, que teve em Jânio Quadros uma referência: homem culto e refinado, que gostava de comer bem e de bons vinhos, tirava do bolso um sanduíche de mortadela que mastigava em atos públicos, o terno sempre infestado de caspa.

Atos de Bolsonaro o mostram como o espelho de Lula, e alimentam essa rivalidade propositadamente. A política externa Sul-Sul, implantada pelos governos petistas para compensar a dificuldade de instalar seu projeto socialista internamente, será substituída agora por outra, ligada umbilicalmente aos Estados Unidos, numa mistura explosiva de Bolsonaro e Trump que ninguém sabe no que vai dar. Voltamos aos tempos da ditadura militar, quando o político Juracy Magalhães, então embaixador brasileiro, disse a célebre frase: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. Acabou chanceler do General Castelo Branco.

A camiseta usada pela futura primeira-dama Michelle, com uma frase referente ao ex-presidente Lula, é mais um ponto de semelhança de ação populista, assim como as fotos casuais que Bolsonaro dispara pela internet em seu dia a dia. Bolsonaro se orgulha de ser militar, de usar roupas militares. Lula usava modelos militares com o brasão da República quando era necessário, e se vestia, à la Doria, com o uniforme laranja da Petrobras para comemorar a autossuficiência que nunca veio. Bolsonaro dia desses colocou um quepe da Marinha e comparou-se com Lula, se diferenciando ideologicamente:

“Se o outro usava chapéu da CUT, eu boto esse”. A foto icônica do então presidente Lula carregando uma caixa de isopor na cabeça numa reserva da Marinha na Bahia é do mesmo teor da de Bolsonaro pendurando roupa no varal na reserva de Marambaia. A diferença é que a própria equipe do presidente eleito divulga suas fotos na internet, e naquela ocasião Lula se deixava

fotografar pelos jornalistas. Com a evolução das novas mídias, Lula passou a ter um fotógrafo pessoal para divulgar suas andanças pelo país. Mas também sofreu com os smartphones, tendo sido fotografado fantasiado de caipira e nada sóbrio em uma festa de São João no Palácio da Alvorada.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/12/2018

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Realismo chegará no primeiro corte

Ao fim de fevereiro, quando fizer o primeiro relatório de avaliação bimestral do cumprimento de metas fiscais, o governo terá que bloquear R\$12 bilhões de receita e despesa. É o dinheiro previsto no Orçamento que viria da privatização da Eletrobras. A venda está paralisada, e sobre ela não há consenso dentro da administração Bolsonaro. O presidente eleito já se manifestou contra, certa vez, mas integrantes da equipe econômica se comportam como se a venda das ações da holding elétrica fosse favas contadas.

Este é apenas um dos vários momentos em que a realidade vai mostrar sua face para os que estão chegando ao poder. Depois dessa transição cheia de ruídos e com uma comunicação confusa, para dizer o mínimo, espera-se que os integrantes do governo Bolsonaro consigam aterrissar. Há alguns que permanecem em órbita, ou vociferando contra problemas inexistentes ou achando que tudo vai acontecer num passe de mágica após a posse.

O governo Bolsonaro poderá contar com várias boas heranças. O realismo orçamentário é uma delas. Esse é o primeiro Orçamento aprovado quase integralmente igual à proposta enviada pelo Executivo. Os congressistas costumavam puxar o crescimento do PIB para inflar a receita e assim abrir espaço para criar novas despesas. Isso obrigava o governo a contingenciar os gastos, logo no início de cada ano. A receita líquida do Orçamento é de R\$ 1.299,7 bilhões e a despesa primária é de R\$ 1.438,7 bilhões, os mesmos valores da proposta inicial.

Desta vez terá que bloquear o valor referente à venda da Eletrobras que estava prevista desde o projeto da LDO. Houve atrasos no processo de venda pelos mais variados motivos, mas também há visões antagônicas sobre os limites da privatização dentro da nova administração. O próprio presidente eleito disse que não a privatizaria e argumentou que quem vende agalinhado fundo do quintal fica sem os ovos quando precisa.

Na equipe econômica prepara-se um plano de privatização, sem qualquer garantia de que isso terá a aprovação do presidente.

Ainda que todos se ponham de acordo sobre o caso da Eletrobras, e mesmo se forem ultrapassados todos os obstáculos judiciais, nada vai avançar muito até o fim de fevereiro. Portanto, o governo não poderá contar com essa receita e os técnicos aconselharão à nova equipe econômica a bloquear R\$ 12 bilhões do Orçamento, o que vai apertar diversas áreas. Há também o custo da decisão do ministro Ricardo Lewandowski que impõe o aumento dos salários dos servidores federais.

Na economia, é preciso que o futuro governo encontre a realidade rapidamente, deixando o discurso de palanque e o voluntarismo da transição para trás. O tempo internacional está virando. Nos últimos dias houve quedas fortes das bolsas internacionais pelas muitas dúvidas em relação aos Estados Unidos.

As bolsas tiveram um pregão mais calmo, ontem, após o susto do dia 25. Tóquio abriu no Natal e seu principal índice afundou 5,01%. Na quarta-feira, subiu apenas 0,89%. Outras bolsas corrigiram seus preços no dia 26. China e Coreia do Sul tiveram quedas. Os índices americanos Nasdaq e o Dow Jones, por sua vez, subiam no fim do dia. O petróleo, após despencar nas últimas semanas, avançou e puxou as empresas do setor. O Ibovespa reduziu as perdas com a alta da Petrobras no final do pregão.

Esses ativos escaparam da queda do dia 25, mas o prognóstico é preocupante. O presidente americano continua sendo fonte de muitas incertezas na economia mundial. O ato mais recente foi dizer que o "único problema" da economia dos EUA é o banco central de lá, que indicou duas altas nos juros para 2019. O presidente ensaia uma impensável guerra aberta contra o Fed, uma instituição ícone de bancos centrais independentes. O diagnóstico de Trump, mais uma vez, está errado. As crises comerciais que ele alimenta e o aumento de gastos

promovido pela sua gestão estão cobrando a conta. O importante para nós é que os efeitos disso atingirão os países emergentes.

Todo governo que começa recebe um voto de confiança, mas ele não dura para sempre. É preciso que esse capital político seja bem usado nos projetos mais importantes. Se a conjuntura internacional ficar mais volátil, esse tempo será encurtado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner

Título: Alto escalão da Infraestrutura será formado por técnicos

O futuro ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, definiu seus principais auxiliares na pasta. São nomes técnicos, com experiência no setor de transportes e sem nenhuma influência de partidos políticos nas indicações.

A única "exceção", de certa forma, é o ex-ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Valmir Campelo. Ex-senador pelo Ceará, ele vai presidir a Valec. O novo governo pretende leiloar a Ferrovia Norte-Sul e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, as duas principais obras com envolvimento da estatal, o que demandará forte interação com o órgão de controle.

O plano é, depois disso, extinguir a empresa. Trata-se, no entanto, de um processo que pode levar mais de um ano. Freitas tem dito a interlocutores que a escolha de Campelo se deve ao bom trânsito dele com o TCU e à experiência na área de compliance.

A ex-diretora da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Natália Marcassa, atual subchefe de articulação e monitoramento da Casa Civil, ficará à frente da Secretaria de Planejamento, Fomento e Parcerias. Entre suas atribuições, estará a modelagem para concessões de rodovias e ferrovias.

O engenheiro Diogo Piloni vai ocupar a Secretaria de Portos, feudo do PMDB nas gestões Dilma Rousseff e Michel Temer, quando teve boa parte do tempo preenchida por indicados da família Barbalho. Piloni já foi gerente de estudos na

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e hoje atua na área técnica do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Cuidará dos arrendamentos de terminais e dos preparativos para privatizar as Companhias Docas.

Ainda no setor portuário, Casemiro Tércio Carvalho deverá presidir a Codesp, estatal que administra o Porto de Santos. Ex-diretor do Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo, durante os dois últimos mandatos de Geraldo Alckmin (PSDB), ele tornou-se sócio de uma empresa de estruturação de projetos com foco na área de portos.

O economista Ronei Glanzmann ficará com a Secretaria de Aviação Civil (SAC) e terá as concessões de aeroportos como uma de suas principais missões. Ele atua há anos na SAC, onde participou das últimas rodadas de concessão e hoje exerce o cargo de diretor de política regulatória. Ele já integrou o conselho de administração da Inframérica, operadora do aeroporto de Brasília, na condição de representante da Infraero (sócia com 49% de participação).

O brigadeiro Hélio Paes Barros, diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), chefiará a Infraero. A estatal terá como diretora Martha Seillier, que é chefe da assessoria especial da Casa Civil.

No Ministério de Minas e Energia (MME), Marisete Dadald está praticamente fechada como secretária-executiva. Chefe da assessoria econômica do MME, ela já ocupou a função nas gestões de vários ministros - Edison Lobão, Eduardo Braga, Fernando Coelho Filho e Moreira Franco. Bruno Eustáquio Carvalho, engenheiro civil pela UFMG, deve ser o secretário-executivo-adjunto. Ele vinha trabalhando como um dos diretores do PPI.

No início da semana, o almirante havia sondado o consultor legislativo Fábio Gondim para ser o "número 2" do MME. Ex-secretário de Planejamento do Maranhão e de Saúde do Distrito Federal, ele teve o nome abortado depois da repercussão negativa.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 27/12/2018**Seção:** Brasil**Autor:** Arícia Martins**Título:** Quadro sinaliza inflação baixa para início de mandato

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, terá a inflação como outro indicador favorável no primeiro ano de seu governo. Segundo economistas, uma série de fatores vai garantir mais um ano de preços controlados, considerando o histórico brasileiro, ainda que um pouco mais altos do que os de 2018. O quadro formado por retomada lenta da atividade, melhora do cenário hidrológico, pressão menor do câmbio e baixa inércia do ano anterior deve levar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a encerrar 2019 com aumento próximo de 4,2%. O índice oficial de inflação tende a ficar, portanto, ligeiramente abaixo da meta definida para o período, de 4,25%.

Se confirmadas as projeções dos analistas consultados pelo Valor - que vão de avanço de 3,5% a 4,5% -, esta será a menor alta do indicador para primeiros anos de mandatos presidenciais desde 1994, início da vigência do Plano Real. Mesmo assim, o IPCA terá alguma aceleração em relação a este ano, quando deve fechar em 3,7%, de acordo com a estimativa mediana do boletim Focus, do Banco Central.

Nos cálculos de Fabio Romão, da LCA Consultores, o indicador oficial de inflação vai passar de 3,7% para 4,2% entre 2018 e 2019, puxado por preços um pouco maiores de alimentos e serviços. Com peso de quase 25% no IPCA, o grupo alimentação e bebidas deve subir 5,2% no próximo ano, 1,4 ponto percentual acima do esperado para este ano, afirma Romão. Meteorologistas preveem que o fenômeno climático El Niño deve se formar em 2019, mas em intensidade moderada. Por isso, a expectativa é de alta modesta para as cotações de alimentos.

"O grupo alimentação vinha em ritmo médio de 9% ao ano de 2011 até 2016", observa Romão, para quem estes preços ainda devem ficar comportados em 2019. O mesmo raciocínio vale para os serviços, que representam pouco mais de 35% do IPCA e, em 2018, devem aumentar apenas 3,4%, resultado mais baixo desde 2000 (3,1%).

Para o ano seguinte, a expectativa é que o conjunto que reúne preços como aluguel, cabeleireiro e empregada doméstica acelere para 4,4%. O mercado de trabalho está em reação, mas em ritmo muito lento, e a trajetória da atividade também não chancela grandes reajustes no setor, diz. O salário mínimo, um farol importante para itens como empregado doméstico e mão de obra para reparos, teve aumento real de apenas 1,81%, percentual que deve ser de 5,4% em 2019 considerando a regra atual, outro vetor de alta sobre os serviços, disse.

Além desses preços, os bens comercializáveis devem exercer maior pressão sobre o IPCA, influenciados pela atividade um pouco mais aquecida e, também, por repasses da variação do dólar, segundo Márcio Milan, da Tendências Consultoria. No cenário da Tendências, a taxa de câmbio vai recuar para R\$ 3,75 ao fim de 2019, após encerrar 2018 em R\$ 3,90. "O câmbio se aprecia um pouco, mas para uma taxa maior do que considerávamos anteriormente", explicou.

Por isso, Milan estima que os artigos de vestuário vão aumentar 3,7% no próximo ano, depois de terem subido 2,5% em 2018. Na mesma comparação, os artigos de residência - grupo que contém itens com componentes importados, como eletroeletrônicos e eletrodomésticos - devem avançar de 2,9% para 3,7%. Já o IPCA deve ficar em 4,1%.

Perto do piso das projeções, Lucas Nóbrega, do Santander, trabalha com alta de 3,8% para o indicador em 2019. Uma das razões para o número mais otimista é o elevado grau de capacidade ociosa ainda existente na economia. A equipe econômica do banco estima que, sem ociosidade, uma desvalorização de 10% do câmbio adiciona cerca de 0,7 ponto ao IPCA. No quadro atual de pouco uso dos fatores de produção, esse "pass through" cairia para 0,45 ponto.

"Num contexto de atividade retraída, os produtores têm dificuldade de repassar aumentos de preços para o consumidor final", diz Nóbrega. O maior ponto de alívio inflacionário para o próximo ano, no entanto, virá das tarifas administradas, que, pelas contas do economista, vão desacelerar de 6,4% para 3,9% na passagem anual, com descompressão nos preços de energia elétrica e combustíveis.

Segundo os economistas do Credit Suisse, 2018 foi um ano de pressão dos itens monitorados, devido ao aumento dos custos de energia e à redução da oferta mundial de petróleo. Por isso, esse conjunto de preços deve avançar 6,2% neste ano. Em 2019, o banco suíço estima alta mais fraca para os administrados, de

5,2%. "A inflação menor de eletricidade e gasolina devem ser os vetores deste movimento."

"Sem pressão forte do câmbio não tem por que os administrados acelerarem", comenta Fabio Ramos, economista do UBS Brasil, para quem o IPCA vai subir 4,5% em 2019, maior previsão entre as instituições ouvidas. O maior responsável pela aceleração serão os serviços, que vão aumentar 5% no ano, diz Ramos, variação que classifica como comportada. "Não é nada demais. Se a economia se recupera, é normal que a inflação não seja mais tão baixa como em 2017 e 2018."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/12/2018

Seção: Agronegocios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Foco no mercado externo

Produzido com matéria-prima brasileira e com tecnologia agora desenvolvida por uma empresa também brasileira, o etanol celulósico da GranBio dependerá, ao menos inicialmente, de mercados externos que valorizam fontes renováveis de energia para se tornar viável.

Bernardo Gradin, sócio da companhia, estima que mais da metade dos 30 milhões de litros que deverão ser produzidos em 2019 terão como destino a Califórnia, onde o Programa de Combustíveis de Baixo Carbono (LCFS, na sigla em inglês) paga bons prêmios para biocombustíveis com baixa pegada de carbono. Outra parte da oferta deverá ser direcionada a mercados europeus como Dinamarca, Alemanha, Itália e Suíça.

O mercado californiano paga atualmente R\$ 4 por litro pelo etanol celulósico da GranBio. É um valor bem superior ao pago no mercado interno, em torno de R\$ 2,20, mas que ainda não cobre o custo de produção projetado para 2019 - R\$ 2,25 o litro, segundo Gradin.

Mas ele acredita que esse custo cairá e que, em 2021, quando a produção está projetada em 60 milhões de litros, o etanol da Bioflex já será competitivo com o etanol de primeira geração, feito do caldo da cana. Gradin aposta que a pegada

de carbono do etanol da Bioflex também poderá cair nos próximos anos, o que pode valorizar ainda mais o produto nos mercados internacionais.

Atualmente, o combustível tem uma intensidade de carbono de 33 gramas de gás carbônico equivalente por megajoule de energia gerada. O empresário acredita que essa intensidade poderá atingir 17 gramas já em 2019. "Poderia ser negativo se não tivéssemos que importar enzima, o que aumenta as emissões por causa do frete".

A GranBio quer estabelecer contratos de longo prazo para exportar seu etanol celulósico, e na Europa está em negociação com uma refinaria e uma distribuidora. "Esse mercado de longo prazo vai financiar a próxima planta de etanol 2G", diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/12/2018

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto

Título: Base aguardará nomeações nos Estados

Onyx: futuro ministro da Casa Civil prometeu que cargos federais nos Estados serão loteados entre deputados da base

As mudanças adotadas pelo presidente eleito Jair Bolsonaro na articulação política e na relação com os partidos e com o Congresso causam incerteza entre os deputados sobre o funcionamento da base aliada do governo no Legislativo.

A promessa na maioria dos partidos é que Bolsonaro terá cerca de 100 dias de apoio, mas alguns líderes partidários se sentem desprestigiados e ameaçam, nos bastidores, darem "recados" ao eleito.

"Estão todos esperando para ver se vai dar certo antes de se posicionarem. Vai ter a lua de mel de 100 dias e depois vamos ver se ele continua popular, se a economia avançou. Se ele perder prestígio, será outra história", diz um deputado do PSD.

Segundo outros três parlamentares do PSD e DEM, há grande interesse em ver como Bolsonaro tratará os indicados políticos dos reeleitos nos Estados.

Conforme revelado pelo Valor, o futuro ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM), prometeu que os cargos federais nos Estados continuarão a ser escolhidos pelos deputados e senadores da base. A expectativa entre os eleitos é que, até abril (mais ou menos os 100 dias), já estejam definidos esses postos.

Há centenas de cargos do governo federal nos Estados, como de superintendentes e diretores regionais do Incra (reforma agrária), dos departamentos Nacional de Infraestrutura e Transporte (Dnit), de Obras Contra as Secas (Dnocs) e de mineração, administração dos portos, delegacias regionais do Ministério da Educação (MEC), universidades e hospitais federais, Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Ministério da Agricultura, Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Zona Franca de Manaus.

A intenção de Bolsonaro é montar a base no Congresso com as indicações diretas dos parlamentares, sem que a negociação passe pela intermediação dos partidos - que antes recebiam os ministérios "de porteira fechada" e controlavam todos os cargos da estrutura, muitas vezes sem critérios técnicos mínimos.

Até abril, afirmam deputados reeleitos com os quais o Valor conversou, será possível saber como esse método funcionará. Nos bastidores, eles dizem que a demissão dos seus indicados por pessoas ligadas a outros parlamentares ou sem vinculação política provocará "reações" no plenário da Câmara.

"O pessoal recebeu a promessa de que poderá comandar estruturas nos Estados, mas não há um prazo para isso, ninguém pediu indicação até agora, ficou um incômodo", diz um aliado do futuro ministro da Casa Civil.

Esse congressista alerta que, com exceção do PSL, que cresceu de oito para 52 deputados, a base bolsonarista deve ser muito semelhante a do governo Temer (PP, MDB, PR, PSD, PRB, PTB, entre outros). E, embora a renovação seja grande também nesses partidos, a maioria dos novos vem com velhas práticas: são parentes dos atuais parlamentares, deputados estaduais, vereadores e prefeitos ou ex-assessores que vivem há anos na política.

O Valor conversou com dois dos novos eleitos, um deputado estadual e outro um ex-assessor de um partido, que repetiam o mantra dos atuais

parlamentares, de que a lógica do Legislativo não funciona sem a intermediação dos partidos, e já traçavam planos para quem indicar para postos nos departamentos de mineração e de Minas e Energia.

Além da relação direta com os deputados e senadores da base, sem a intermediação das cúpulas partidárias, o governo Bolsonaro também pretende aprovar seus projetos no Congresso com base na popularidade do presidente, da articulação de governadores aliados e na negociação com as frentes parlamentares temáticas, como as bancadas ruralistas, da segurança pública e evangélica.

Entre os partidos, que ficaram alijados das negociações até agora, há a promessa de apoio a pautas específicas, em especial a econômica, mas não uma fidelidade absoluta, como foi com a base aliada dos últimos governos. "Nos projetos do [futuro ministro da Economia] Paulo Guedes não temos nem como votar contra, é o que defendemos ao longo dos anos", diz o líder do DEM na Câmara, deputado Elmar Nascimento (BA). "Já nos demais temas vamos analisar ponto a ponto, tem coisas que discordamos", completa.

Nascimento alerta que, embora os eleitores de Bolsonaro tenham uma agenda de projetos no campo dos costumes muito forte, o foco da Câmara deve ser a pauta econômica, para fazer o Brasil voltar a crescer de forma mais consistente.

"Nossa prioridade é essa. Indicar cargos no governo tinha seu bônus, de poder executar políticas públicas, se sentir parte do governo. Mas também o ônus de votar tudo, mesmo que fosse impopular", pontua.

A aposta entre muitos analistas políticos e assessores da Câmara é que Bolsonaro trocará o apoio a pautas dos costumes, como liberação da posse de armas e o Escola Sem Partido, pelo voto favorável aos projetos econômicos mais impopulares.

O discurso de que se o governo Bolsonaro não der certo significará a volta do PT ao poder também é utilizado frequentemente nas reuniões.

O ambiente acirrado, contudo, pode complicar a tramitação dos projetos porque exigirá uma base mais fidelizada e dispostas a ficar horas e horas em plenário para aprovar o que é de interesse do governo. Um parlamentar experiente alerta que, enquanto a arma da oposição em plenário é o discurso, para fazer o máximo de obstrução possível, a do governo é o voto.

O clima de confronto e o perfil dos novos eleitos, em especial pelo PSL, pode fazer com que a base do governo ajude a criar a confusão necessária para a oposição - vide brigas antes mesmo da posse, durante a diplomação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/12/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Maia

Título: As idas e vindas de um projeto inovador

Bernardo Gradin se viu nos últimos quatro anos enredado nos sucessivos reveses de seu projeto de etanol de segunda geração, produzido a partir de resíduos da cana (palha e bagaço). Mas os principais nós parecem, enfim, desatados. Após levar disputas com fornecedores a câmaras arbitrais e gastar dezenas de milhões a mais para desenvolver soluções tecnológicas próprias - o que levou os investimentos totais a superarem US\$ 220 milhões -, o sócio da GranBio se sente seguro para anunciar para janeiro próximo a retomada da operação da usina que produzirá a inovação, agora já em escala comercial.

A volta à ativa da Bioflex, que foi inaugurada em 2014 no município de São Miguel dos Campos (AL) e começou a enfrentar sérios problemas em 2016, se tornou viável porque a GranBio passou os últimos anos destrinchando e reinventando cada etapa de seus processos. O alento, diz Gradin, é que os percalços foram tantos que deverão credenciar a unidade a se tornar também uma fornecedora de tecnologia a outros empreendimentos de etanol celulósico.

A "reinvenção tecnológica" da planta foi juridicamente assegurada depois que a GranBio fechou um acordo com o principal fornecedor de equipamentos do projeto, o grupo italiano Mossi Ghisolfi (MG), e encerrou uma disputa que se arrastava desde 2014. Diante de problemas apresentados já naquele ano com as soluções elaboradas pela italiana, a GranBio inicialmente reclamou com a própria parceira. A MG, porém, vivia um momento turbulento, com problemas financeiros agravados pela morte de seu controlador, Guido Ghisolfi, em 2015.

Para poder promover ajustes na tecnologia sem ter que pedir autorização ou compartilhá-las com a MG, a GranBio entrou com um pedido de arbitragem na

Inglaterra em 2016, mesmo ano em que suspendeu a operação da Bioflex. Em 2017, a empresa italiana pediu concordata nos EUA e na Itália, o que aprofundou as incertezas.

Parte da solução chegou no início deste ano, quando a seguradora inglesa contratada para garantir o funcionamento da tecnologia da MG - e que assumiu as rédeas a empresa com o andamento da concordata - propôs um acordo. Segundo Gradin, ela abriu mão do compartilhamento das novas tecnologias e aceitou arcar com um ressarcimento. Após a concordata da MG tramitar na Justiça italiana, a GranBio recebeu, no mês passado, um depósito de US\$ 25 milhões, de acordo com documentos anexados ao processo, de acesso público.

Gradin ainda reivindica um ressarcimento de seguradoras brasileiras, que haviam garantido o funcionamento da engenharia e da tecnologia da planta. O valor requerido, diz Oswaldo Dalla Torre, diretor da GranBio, está na casa das "centenas de milhões de reais". Se as conversas não chegarem a um consenso, Gradin afirma que poderá entrar com um processo.

Outra frente de batalha da GranBio foi com a TRLLC, sua sócia na American Process Inc. (API). Em junho de 2015, a API, na qual a GranBio tinha 25% de participação, firmou acordo para fornecer à brasileira uma tecnologia para a produção de açúcares a partir da celulose quebrada da biomassa. Em novembro de 2016, em meio a diversas intervenções na planta alagoana, a API, sob o comando da TRLLC, entrou com um processo na Justiça americana contra a GranBio acusando-a de apropriação de segredos comerciais e quebra de contrato.

Conforme documentos públicos do processo, a GranBio defendia que o contrato garantia que melhorias na tecnologia seriam suas. Para evitar uma longa briga nos tribunais, a brasileira convenceu o juiz americano Mark Cohen, em 26 de julho de 2017, a manter a disputa em processo arbitral. Mas o processo foi encerrado depois que a GranBio exerceu seu direito de compra dos demais 75% de ações na API, em março deste ano.

Mas, enquanto travava essas disputas, a GranBio contratava especialistas e consultorias para reinventar processos desde a fase de pré-tratamento da biomassa até a etapa de fermentação dos açúcares.

"A curva do pioneirismo foi muito mais árdua do que a gente esperava. Não esperávamos que os processos estivessem tão distantes da escala. Acreditávamos que a tecnologia estava muito mais pronta do que realmente

estava", afirma Gradin. Os aportes adicionais para resolver os problemas tecnológicos da planta atingiram R\$ 170 milhões, que se somaram aos R\$ 600 milhões investidos para erguê-la.

Entre 2016 e 2017, após uma primeira etapa de intervenções, a GranBio conseguiu rodar a Bioflex por 120 dias ininterruptos. Antes, com a tecnologia italiana, o máximo havia sido seis dias. Os investimentos foram mantidos inclusive em 2017, quando a GranBio ligou sua unidade de cogeração de energia anexa à Bioflex e ao menos aproveitou os altos preços da energia na época. Para 2019, o empresário acredita que será possível produzir 30 milhões de litros de etanol e faturar cerca de R\$ 120 milhões, somando os ganhos com a cogeração.

Mas os planos de Gradin para o futuro foram redimensionados. Ele já não cogita erguer outras biorrefinarias, como queria. Mas acredita que a Bioflex poderá dar lucro operacional já em 2019 e não descarta construir uma segunda planta de etanol "2G" em 2022. Paralelamente, procura parceiros para licenciar a tecnologia desenvolvida pela GranBio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/12/2018

Seção: Política

Autor:

Título: Presidente eleito volta a criticar Lei Rouanet

O presidente eleito Jair Bolsonaro afirmou ontem, em sua conta pessoal no Twitter, que sua gestão vai exercer controle rígido sobre isenções fiscais relacionadas à Lei Rouanet. Na avaliação de Bolsonaro, há "claro desperdício rotineiro de recursos que podem ser aplicados em áreas essenciais". Como exemplo, ele cita um executivo de Furnas, maior subsidiária da Eletrobras.

"Neste mês, num só dia, o gerente de responsabilidade sociocultural de Furnas autorizou, via Lei Rouanet, R\$ 7,3 milhões para 21 entidades", escreveu o futuro presidente no post. "Em 2019, iniciaremos rígido controle de concessões", anunciou.

Em resposta, a Furnas -empresa de economia mista subsidiária da Eletrobras e vinculada ao Ministério de Minas e Energia- respondeu que a renúncia fiscal citada pelo presidente eleito ocorreu devido a um procedimento padrão de aguardar a informação da área financeira, ao fim de novembro, sobre o montante de renúncia fiscal previsto para o ano de 2018.

A empresa afirmou ainda que "optou por usar R\$ 6,8 milhões para patrocinar projetos sociais e culturais via Lei Rouanet e aproximadamente R\$ 3 milhões para projetos esportivos", que "prioriza projetos que visam a inclusão social, o acesso gratuito à cultura e o incentivo ao esporte amador" e que "todos os projetos aprovados estão sendo publicados no Diário Oficial".

No governo Bolsonaro, o MinC (Ministério da Cultura) será transformado em secretaria e incorporado ao novo Ministério da Cidadania, que também absorverá os ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social. O deputado Osmar Terra (MDB-RS), ex-ministro de Desenvolvimento Social do governo Michel Temer, comandará a nova pasta.

Terra escolheu o professor gaúcho Henrique Medeiros Pires, um gestor com experiência em instituições públicas e privadas, para chefiar a futura Secretaria de Cultura. A Lei Rouanet tem sido alvo de acaloradas discussões por parte da sociedade e da classe política.

Segundo pesquisa realizada pela FGV (Fundação Getulio Vargas) sob encomenda do Ministério da Cultura, a Lei Rouanet movimentou quase R\$ 50 bilhões entre 1993 e 2018.

A cifra é a soma de impacto direto (R\$ 31 bilhões) e indireto (R\$ 18,5 bilhões) no período analisado. O número supera o valor da renúncia fiscal concedida pelo mecanismo de incentivo, que foi de R\$ R\$ 17,6 bilhões desde 1993, em valores nominais -em valores corrigidos, totalizam R\$ 31 bilhões.

Atualmente, o MinC é responsável pela aprovação de projetos inscritos na lei, principal instrumento de financiamento de atividades culturais no Brasil. Uma vez aprovado o projeto, empresas e pessoas físicas podem participar da captação, doando ou patrocinando projetos culturais aprovados pelo órgão.

Também pelo Twitter, Bolsonaro, voltou a criticar Cuba. Ele reclamou de um texto crítico ao seu futuro governo publicado no Granma, o jornal oficial do Partido Comunista Cubano. "O jornal estatal Granma, o único de Cuba, publicou matéria com críticas ao futuro governo. Cuba se alimentou de bilhões de reais

de impostos dos brasileiros em nome do Foro de São Paulo e em detrimento de seus cidadãos. Não convidar seu ditador para minha posse foi mais um de meus acertos", escreveu, em referência ao presidente cubano Miguel Díaz Canel. (colaborou Ricardo Mendonça, de São Paulo)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Edna Simão

Título: Fazenda defende mais redução de subsídios

Em vídeo divulgado ontem pelo Ministério da Fazenda para fazer um balanço do período entre 2016 e 2018, o secretário de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria, Alexandre Manoel Angelo da Silva, destacou que, embora a aprovação da reforma da Previdência Social seja importante para conter o aumento dos gastos, não se pode deixar de "observar" os subsídios, cuja redução pode contribuir para o ajuste fiscal e evitar o crescimento forte da dívida pública.

O secretário destacou que, de 2003 a 2015, os benefícios financeiros, creditícios e tributários, que foram o motor do crescimento dos gastos públicos, saltaram de 3% para 6,7% do Produto Interno Bruto (PIB) no período. De acordo com ele, o atual governo concentrou o ajuste fiscal na redução desses benefícios financeiros.

"Em 2015, esses benefícios chegaram a 6,7% do PIB. Em 2017, última vez que o Ministério da Fazenda os apurou, eles estavam em 5,4% do Produto Interno Bruto. Se estivéssemos no mesmo patamar de 2003, hoje as contas do governo federal, do ponto de vista primário, não estariam no vermelho, e sim no azul", afirmou.

Entre os exemplos de atuação do atual governo, ele citou a devolução pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de empréstimos feitos com o Tesouro Nacional; a redução dos benefícios do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), a aprovação da TLP (Taxa de Longo Prazo) e a reformulação do Fies.

Agora, de acordo com o secretário, a grande agenda trata dos benefícios tributários.

Alexandre Manoel destacou ainda a estruturação recente do comitê de monitoramento de avaliação de subsídios, que ajudará a dar mais transparência e controle aos benefícios que venham a ser concedidos.

Segundo o secretário, essa é uma maneira de avaliar quais subsídios podem ser descontinuados por não atingirem os objetivos esperados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/12/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Ivan Ryngelblum

Título: Eletrobras amplia projeção de investimentos até 2023

O Plano de Negócios e Gestão da Eletrobras para o período 2019-2023, aprovado na última semana e que prevê aumento de 53% do volume de investimentos (para R\$ 30,176 bilhões), traz diretrizes mais agressivas para a recuperação da empresa, em relação à versão anterior. Não é possível, contudo, saber se a administração da estatal terá as condições necessárias para implementar todas as ações previstas, sob o comando do novo governo que não deixou claro qual será a estratégia para a maior companhia elétrica da América Latina.

A primeira das cinco diretrizes estratégicas é a mais ousada e é relativa ao "crescimento sustentável". Uma das iniciativas é "estudar alternativas e ações no âmbito jurídico, regulatório e legislativo para viabilizar a descotização" das usinas que operam sob regime de cotas, no âmbito da Lei 12.783/2013, fruto da MP 579/2012, que tratava da renovação antecipada e onerosa das concessões.

A iniciativa indica que a administração da Eletrobras vai buscar ampliar a receita com a descotização dessas usinas por dois caminhos: a privatização da holding, conforme previsto no projeto de lei atualmente no Congresso; ou uma reforma do setor elétrico a partir de um novo projeto de lei.

Para obter a renovação automática de 14 hidrelétricas, a Eletrobras aderiu à proposta de vender a energia dessas usinas, da ordem de 7,5 gigawatts (GW) médios, por cotas a preço fixo que englobava custos de operação e manutenção e pequeno percentual de remuneração. Esse valor fixo hoje é da ordem de R\$ 70 por megawatt-hora (MWh). Com a descotização, a Eletrobras poderá negociar esse bloco de energia livremente, a preço de mercado. Segundo estimativas de mercado, ela poderia gerar valor presente líquido de R\$ 30 bilhões, em um cenário de negociação dessa energia por R\$ 140/MWh.

Outro ponto interessante é que a Eletrobras pretende "propor alternativas para as usinas/empreendimentos cujo encerramento da concessão esteja próximo", com o objetivo de aumentar a receita de geração e a capacidade de investimento da companhia.

Também está incluída nessa diretriz a viabilização da conclusão da usina de Angra 3, por meio de chamada pública internacional, buscando selecionar um investidor estrangeiro com capacidade técnica, financeira e de gestão. No plano, a Eletrobras separou R\$ 12 bilhões para a usina. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, são necessários R\$ 15,5 bilhões para concluir o projeto.

Ainda na mesma diretriz, a Eletrobras pretende ampliar receita a partir de questões regulatórias, como o recebimento de indenizações por investimentos não amortizados em ativos antigos de transmissão e geração e ressarcimento por custos incorridos com distribuidoras de energia e ainda não reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Com relação à diretriz de excelência operacional, a novidade é que a Eletrobras estuda a negociação de novo acordo coletivo de trabalho, alinhado à nova Lei Trabalhista e a adoção de medidas que estimulem a produtividade e a meritocracia da empresa.

O novo plano, porém, não faz menção à disputa sobre o empréstimo compulsório. No processo que está no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Eletrobras quer que a União divida com ela uma conta de cerca de R\$ 13 bilhões a ser ressarcida aos consumidores, relativa a um depósito compulsório criado nos anos 60 com a finalidade de gerar recursos para o governo para a expansão do setor elétrico.

Na versão anterior do plano (2018-2022), a Eletrobras explicitava que um dos objetivos era "mitigar riscos associados aos processos judiciais envolvendo empréstimo compulsório de energia".

Na comparação entre os dois planos, dois itens importantes permanecem praticamente iguais. O primeiro trata da reestruturação societária da Eletrosul e da CGTEE. A ideia da holding é a incorporação da CGTEE pela Eletrosul.

O outro ponto é com relação ao programa de venda de ativos. No plano 2019-2023, a Eletrobras pretende concluir, até o fim de 2019, o programa de desinvestimento de ativos e participações acionárias que não sejam considerados estratégicos para a companhia.

Com relação aos investimentos, a definição sobre Angra 3 é o principal motivo para o crescimento de 52,74% da previsão de aportes no novo plano. Dentro dos projetos corporativos, a previsão de investimentos é praticamente o dobro ante o plano anterior, totalizando agora R\$ 28,2 bilhões. Apenas na área de geração, a estimativa de investimentos é 230% maior, contabilizando R\$ 17 bilhões.

MME / ASCOM .